

## TRABALHO E RIQUEZA NA SUPERFÍCIE DO APARECIMENTO DO CAPITAL

[LABOR AND WEALTH ON THE SURFACE OF THE APPEARANCE OF CAPITAL]

Iber Christian\*

Freie Universität Berlin, Alemanha

Lutiero Cardoso Esswein \*\*

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

**RESUMO:** O presente artigo pretende analisar um conjunto de determinações das relações de produção capitalista a partir de sua forma de manifestação na superfície do aparecimento, e que, por essa razão, se apresentam de modo visível para os agentes envolvidos nessas relações. Sendo assim, o artigo busca percorrer uma trajetória oposta àquela traçada por Marx nos três livros d'*O Capital*. O texto inicia-se com uma análise da forma capitalista da propriedade privada, visando demonstrar que essa forma implica, necessariamente, a divisão da sociedade entre proprietários e não proprietários, que são forçados a trabalhar em troca de salário. A segunda seção analisa a estrutura coercitiva que emana das relações de competição entre capitalistas e que os obriga a investir continuamente na racionalização do processo de trabalho. A terceira e última seção busca evidenciar que essa estrutura coercitiva conduz os capitalistas que investem na produção real à dependência do crédito, conferindo aos capitalistas financeiros um grande poder de definir os níveis de rentabilidade e padrões de produtividade. Como consequência, tanto a racionalização do processo de produção quanto a eclosão das crises são aceleradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; Riqueza; Propriedade privada; Concorrência; Crédito

**ABSTRACT:** The present article aims to analyze a set of determinations of capitalist production relations based on their form of manifestation on the surface of appearance, which, for this reason, become visible to the agents involved in these relations. Thus, the article seeks to follow a trajectory opposite to that outlined by Marx in the three volumes of *Capital*. The text begins with an analysis of the capitalist form of private property, aiming to demonstrate that this form necessarily implies the division of society between owners and non-owners, who are forced to work in exchange for wages. The second section analyzes the coercive structure that emerges from the relations of competition between capitalists, compelling them to continuously invest in the rationalization of the labor process. The third and final section aims to highlight that this coercive structure leads capitalists who invest in real production to become dependent on credit, granting financial capitalists significant power to define profitability levels and productivity standards. As a consequence, both the rationalization of the production process and the outbreak of crises are accelerated.

**KEYWORDS:** Labor; Wealth; Private property; competition; credit

\* *Doutorado em Filosofia com a tese "Die Entwicklung des Wesens als Reflexion und die Logik der Reflexionsbestimmungen in 'Hegels Wissenschaft der Logik'" (supervisor: Prof. Dr. Michael Theunissen). Freie Universität Berlin, Institut für Philosophie. Professor visitante, professor e pesquisador no Brasil (Fortaleza e Porto Alegre). Email: christian.iber@yahoo.de. \*\* Pós-doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui doutorado, mestrado e bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: lutieroess@gmail.com*

## INTRODUÇÃO

O presente ensaio discute as determinações do trabalho e da riqueza conforme elas surgem na superfície do aparecimento do capital na concorrência, e que, portanto, devem estar evidentes na consciência dos atores envolvidos. Assim sendo, o ensaio busca percorrer o caminho inverso ao de Marx em *O Capital* (Livros I, II e III). Uma análise rigorosa da superfície do aparecimento do capital leva, conseqüentemente, às categorias marxianas de valor e trabalho abstrato, únicas capazes de explicar a ‘conexão interna’ do modo de produção capitalista.

Marx inicia sua exposição a partir da essência interna do capital, examinando as leis da produção de valor e mais-valor, avançando em direção às formas de manifestação dessa essência. Essas formas abarcam as categorias de preço de custo, lucro, lucro médio e a tendência de queda da taxa de lucro. A análise da superfície do aparecimento culmina nas determinações relativas à concorrência entre os proprietários das fontes de rendimento – capitalistas, proprietários de terras e trabalhadores assalariados – em torno de seu rendimento. Metodológica ou logicamente, pode-se dizer que entre a superfície do aparecimento (concorrência) e a profundidade da essência do capital (explicação teórica do valor) não há nem uma mera diferença nem uma identidade pura; ao contrário, o aparecimento e a essência são distintos na forma, mas idênticos no conteúdo. Conforme essa perspectiva, pode-se dizer que o fato de ambos os caminhos poderem ser trilhados com êxito é uma prova da consistência da teoria de Marx.

As determinações fundamentais do modo de produção capitalista, tal como concebidas por Marx, distam substancialmente das convicções cotidianas das pessoas sobre o capitalismo, o que pode, muitas vezes, dificultar o entendimento de sua teoria. Dessa maneira, iniciar a apresentação dessa teoria a partir das formas do aparecimento pode proporcionar uma base mais acessível para a sua compreensão.

O artigo inicia-se com uma primeira seção dedicada à forma histórica capitalista da propriedade privada – trata-se de uma configuração da propriedade que implica, inevitavelmente, uma relação de dissociação entre as coisas úteis e os indivíduos que delas precisam para satisfazer suas necessidades. A partir dessa determinação mais simples e visível, busca-se demonstrar a necessidade de que a sociedade baseada nessa forma de propriedade se estruture segundo duas classes sociais distintas: os proprietários privados e os sem propriedade. Como o dinheiro é o *nexus rerum* de todas as conexões sociais no interior da sociedade capitalista, conclui-se que os últimos devem, forçosamente, vender sua força de trabalho em troca de salário a fim de assegurarem sua sobrevivência.

Com base nessas determinações que se colocam na superfície do aparecimento da forma capitalista da reprodução social, a segunda parte do artigo procura apresentar a ‘estrutura coercitiva’ que emana das relações de competição entre os proprietários de capital. Essas relações forçam os capitalistas a estarem sempre reduzindo os custos de produção, seja por meio da racionalização do processo de trabalho, seja por meio da redução dos salários. Argumenta-se que os capitalistas não são vítimas das ‘leis coercitivas’

do mercado, pois essas leis derivam de suas próprias ações, orientadas para a concretização de seus objetivos individuais.

Por fim, na terceira e última parte do artigo, procura-se evidenciar que o imperativo de uma contínua racionalização do processo de trabalho leva os capitalistas que investem na produção a depender do crédito. Como consequência disso, os capitalistas do setor financeiro acabam estabelecendo os níveis de rentabilidade, e, portanto, os padrões de produtividade dos setores produtivos, acelerando a racionalização do processo de trabalho, e, assim, a eclosão das crises – as quais os capitalistas buscam superar às custas dos trabalhadores.

## **1. TRABALHO E RIQUEZA COMO DETERMINAÇÕES DA SUPERFÍCIE DO APARECIMENTO DO CAPITAL**

### ***1.1. A riqueza no capitalismo assume a forma de propriedade privada, o que implica a exclusão dos bens de necessidade***

Em nossa sociedade, tudo o que se precisa está disponível, desde que seja comprado. Ou seja, tudo o que se precisa é, de antemão, propriedade privada de outrem, excluindo o seu uso para os demais. A propriedade privada é o poder exclusivo de uma pessoa de dispor sobre os objetos de necessidade – portanto, ela separa os produtos daqueles que precisam deles. Em uma sociedade de proprietários privados, a produção não visa suprir as necessidades dos membros da sociedade, uma vez que tudo o que é produzido se destina a um proprietário particular, excluindo o seu acesso a todos os demais membros da sociedade. A lógica do capitalismo não se estrutura pelo uso, mas pela exclusão, tornando-se, assim, uma relação de violência.

Essa violência, portanto, não é algo histórico, há muito superado: trata-se de uma violência intrínseca a esse tipo de riqueza, produzida e mantida diariamente pela garantia estatal da propriedade privada<sup>1</sup>. Isso assegura que o direito exclusivo do proprietário privado sobre os bens que satisfazem necessidades humanas seja respeitado e que essa garantia se torne o princípio que bloqueia todas as tentativas de superar a exclusão no acesso aos valores de uso.

### ***1.2. A propriedade privada como dinheiro é o objetivo da produção social***

Em nossa sociedade, o propósito da produção é a venda. Ou seja, a propriedade imediata dos produtos fabricados é de indivíduos que não necessitam deles para suprir suas necessidades<sup>2</sup>. Somente mediante o dinheiro, o poder abstrato de acesso à riqueza, é que os bens deixam de pertencer aos seus proprietários iniciais, passando a pertencer àqueles que necessitam desses bens.

A separação entre o produto e a necessidade força todos os membros da

sociedade a se engajarem nos atos de troca. O dinheiro converte-se no único meio de acesso à riqueza social. Por conseguinte, a obtenção de dinheiro torna-se um requisito para o usufruto das conquistas da produção humana<sup>3</sup>.

Se a riqueza socialmente válida consiste em dinheiro, então o trabalho passa a ser estimado de acordo com a quantidade de dinheiro que ele ‘gera’, e não de acordo com a utilidade dos bens produzidos. Sendo assim, a finalidade da produção torna-se tão somente a criação de dinheiro, que não possui um limite quantitativo<sup>4</sup> – e, por isso, não há um limite quantitativo para o uso do trabalho a fim de ampliar a riqueza monetária.

### **3.1.O dinheiro é o poder de comando sobre o trabalho de outras pessoas – a propriedade privada atua como capital**

Sem a posse de dinheiro, ninguém pode satisfazer suas necessidades. Sendo assim, todos são forçados a adquiri-lo. Quando a aquisição de dinheiro se torna a preocupação decisiva de uma dada sociedade, restam apenas duas possibilidades para cada membro dessa sociedade: ou se tem uma quantia de dinheiro suficiente para a satisfação de suas necessidades, ou não. No segundo caso, o indivíduo terá de trabalhar para outrem a fim de obter o veículo de acesso à riqueza. Ele se torna um empregado<sup>5</sup>.

O empregado precisa encontrar alguém que tenha mais dinheiro do que o necessário para satisfazer suas próprias necessidades, de modo que possa gastar uma parcela para ampliar ainda mais a massa monetária que já possui. Trata-se do empregador. O empregador paga um salário ao empregado, desde que o trabalho realizado pelo segundo lhe permita ampliar a sua base monetária – ou seja, a grandeza do dinheiro ‘gerado’ pelo trabalho tem de ser maior do que a grandeza do próprio salário. Em outras palavras: o empregador somente contrata um empregado se o trabalho que o último realiza permitir-lhe ampliar sua propriedade privada.

Para o empregado, isso significa que ele somente pode obter dinheiro se seu trabalho for fonte de riqueza para outrem. Devido à necessidade de ganhar a vida, ele não tem escolha entre trabalhar ou não<sup>6</sup>. Em uma economia de mercado, o trabalho é o único meio pelo qual aqueles que não possuem propriedade privada podem ganhar a vida.

Assim, estabelecem-se dois caracteres sociais a partir da propriedade privada: alguns trabalham e, portanto, produzem a propriedade privada de outras pessoas, enquanto outros, que já são proprietários, empregam pessoas a fim de ampliar sua própria propriedade privada.

#### ***1.4. O trabalho é a fonte da propriedade privada dos empregadores***

O aumento da propriedade privada dos empregadores apenas é obtido por meio do trabalho dos empregados. O empregador deve investir seu dinheiro em dois fatores de produção. Por um lado, ele deve comprar meios de produção (máquinas, edifícios, matérias-primas, etc.). Isso não diminui nem amplia a grandeza de sua propriedade privada. Ela apenas muda de forma. Esses custos de investimento reaparecem no preço dos produtos que serão fabricados a partir

de seu investimento<sup>8</sup>.

Por outro lado, o empregador paga o salário a seus empregados; nessa operação, o dinheiro de seu bolso evanesce. Em troca, ele adquiriu o direito de fazer com que os seus empregados trabalhem por um determinado período de tempo<sup>9</sup>. As condições, espécie e duração do trabalho são de responsabilidade do empregador. O resultado do trabalho – os produtos do trabalho – pertencem a ele. Esse conjunto de bens constitui uma propriedade privada recém-criada, e, assim, houve um aumento da grandeza da propriedade privada original por meio de dispêndio de trabalho. O trabalho torna-se, assim, a fonte da propriedade privada do empregador.

A propriedade privada recém-criada não pertence ao empregado. Para ele, o salário representa, ao contrário, a exclusão da propriedade privada por ele mesmo produzida. O salário, assim que recebido, é inteiramente gasto para a obtenção dos meios de subsistência necessários; por conseguinte, ao final do mês, o empregado permanece tão desprovido de propriedade quanto quando começou a trabalhar<sup>10</sup>. O local de produção torna-se o espaço onde a falta de propriedade dos trabalhadores é utilizada para aumentar a grandeza da propriedade privada dos empregadores, confirmando e renovando constantemente a separação entre a classe dos proprietários e a classe dos não proprietários.

### ***1.5. O salário não é o equivalente à eficiência apresentada pelo trabalho, mas um instrumento de extorsão***

No contrato de trabalho, o empregado disponibiliza sua capacidade de trabalho por um determinado tempo em troca do salário. O modo como ela deve ser usada é decidido pelo empregador. Esse contrato possibilita que o empregado obtenha uma propriedade evanescente, dinheiro na forma de salário, e também exige que seu trabalho seja orientado exclusivamente para o aumento da propriedade privada do empregador.

Sendo assim, para receber seu salário, o empregado deve aceitar as ordens de como sua força de trabalho deve ser executada. A restauração dessa força é literalmente um assunto privado, exigindo sempre do trabalhador uma habilidade organizacional, haja vista que a grandeza do salário encontra-se, muitas vezes, abaixo da quantia monetária necessária a fim de suprir suas necessidades biológicas e sociais.

Sob a perspectiva do empresário, ele compra os dois fatores de produção e os conjuga em um processo de produção com a única finalidade de ampliar sua propriedade privada. A quantia de dinheiro desembolsada com a compra dos meios de produção tem de ser readquirida com a venda dos produtos fabricados. Se a massa de dinheiro obtida com a realização das mercadorias fosse menor do que a massa investida para a aquisição dos meios de produção, ao invés de lucro, o empresário teria prejuízo, o que tornaria inviável o processo capitalista de produção. Esses meios de produção são de dois tipos: meios de trabalho – máquinas, ferramentas e instalações – e objetos de trabalho – matérias-primas e materiais acessórios<sup>11</sup>. Os primeiros somente se desgastam integralmente após a consecução de muitos processos de trabalho; por essa

razão, o seu custo monetário é repostado apenas após sucessivas fases de produção e venda dos artigos produzidos. Os objetos de trabalho, em contraste, são completamente consumidos em cada fase de produção, o que possibilita a restituição mais rápida de seu custo monetário.

A quantia de dinheiro desembolsada para contratar o trabalhador também deve ser repostada na venda dos artigos. Contudo, essa mera reposição não representa nenhuma vantagem para o empregador, pois, embora não represente prejuízo, também não resulta em lucro, que é a única finalidade pela qual o empregador investe seu dinheiro<sup>12</sup>. É necessário, portanto, que o trabalho realizado pelo empregado ‘crie’ uma quantia de dinheiro maior do que o custo com o salário. Dessa maneira, o salário representa apenas uma parcela do dinheiro ‘gerado’ pelo empregado, sendo que a outra parcela é apropriada pelo capitalista como lucro.

### ***1.6. O desempenho do trabalho no capitalismo está sujeito à comparação de duas somas de dinheiro: salário e lucro***

Na sociedade capitalista, o trabalho encontra-se sujeito aos critérios de sucesso das negociações privadas: ele só é considerado exitoso se for fonte de lucro. Caso contrário, seu resultado não terá validade. Assim, a relação entre o esforço do trabalho e o rendimento do trabalho baseia-se em um critério que não tem origem no próprio trabalho.

Para o empregador, não é o trabalho despendido, portanto, o tempo e o esforço, aquilo que se apresenta como despesa, mas a quantia monetária do salário que foi desembolsada para contratar o trabalhador<sup>13</sup>. O desempenho do trabalho não é medido pelas necessidades a serem atendidas pelos produtos fabricados, mas pelo lucro. Os trabalhadores devem se orientar por esse padrão de medida de seu trabalho: se o salário conta como despesa, então ele deve ser reduzido ao mínimo; se o lucro e sua ampliação aparecem como expressão de uma maior eficiência de trabalho, então o desgaste do trabalhador é a variável a ser maximizada.

Contudo, o empenho do trabalhador não assegura que o seu produto proporcionará lucro ao empregador, afinal, o produto ainda precisa ser vendido no mercado, e, por conseguinte, o empregador precisa travar uma batalha concorrencial com seus pares. Ainda que o trabalho já tenha sido realizado no passado, o próprio trabalhador tem que se responsabilizar pelo sucesso do empreendedor na batalha da concorrência, travada no presente.

## **2. A COMPULSÃO OBJETIVA DA CONCORRÊNCIA E A RACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO**

### ***2.1 A compulsão de competir não é uma compulsão objetiva da produção***

Desde a etapa do investimento, as empresas estimam o lucro, o qual

somente pode ser obtido por meio da venda dos produtos. Os empresários sustentam que o espaço social em que as vendas se realizam, honrosamente intitulado de *economia de mercado*, é um ambiente desafiador: o gerenciamento da empresa tem de ser completamente determinado pelas compulsões objetivas da concorrência<sup>14</sup>. Seja para realizar demissões, reduzir salários ou aumentar a produção, a concorrência obrigaria os empreendedores a tomar essas medidas. E, por último, mas não menos importante, nesse seu discurso permeado de lamentações, os próprios empresários se colocam na posição de vítimas da concorrência. A maximização dos lucros e o cálculo impiedoso dos custos do trabalho seriam os fundamentos inamovíveis da economia contemporânea.

Esse discurso demagógico separa o objetivo e o interesse dos empresários, que é o aumento de sua propriedade privada, das condições em que isso ocorre. De fato, a obtenção do lucro somente é possível se os bens produzidos forem vendidos de maneira mais lucrativa do que a concorrência. Sem a multiplicação da propriedade privada, o empreendedor pode declarar falência. No entanto, o fato de haver uma coerção estrutural, que força cada empregador a assumir determinadas escolhas, não contraria o fato de que é o seu próprio sucesso que cada qual busca, e, portanto, que as próprias práticas de mercado resultam da ação recíproca dos proprietários privados em busca da maximização de seus lucros e da eliminação de seus concorrentes. Portanto, os empresários não são as vítimas, mas, antes de tudo, os próprios agentes que, por meio de suas interações, formam a teia das relações concorrenciais, e, portanto, também as leis coercitivas que resultam dessa teia<sup>15</sup>. Assim sendo, a concorrência é o próprio espaço social em que os interesses dos empregadores são concretizados: o poder da propriedade privada opera como luta das empresas pelo dinheiro disponível na sociedade.

O fato de essa ideologia da compulsão objetiva do mercado ser declarada publicamente como a coisa mais natural do mundo demonstra que, na sociedade capitalista, a perspectiva dos empreendedores é reconhecida como a única legítima, sendo tomada como condição para todas as atividades da vida, sem que haja qualquer alternativa.

## ***2.2 A obtenção de lucros exige a redução dos preços; a redução dos preços significa a redução dos salários***

Os preços de mercado formam a base dos cálculos contábeis das empresas. Para essas, o lucro aparece como a diferença entre o preço de venda de cada mercadoria e o seu preço de custo, multiplicado pelo número de mercadorias vendidas. As empresas lutam pela demanda solvente, buscando conquistar fatias do mercado às expensas de seus rivais. Isso só será bem-sucedido no longo prazo se elas puderem oferecer produtos mais baratos do que os concorrentes. No entanto, a redução do preço de mercado apenas se mostrará lucrativa se, ao mesmo tempo, for possível reduzir o preço de custo.

No mercado, essa concorrência se apresenta como uma guerra de preços: se uma empresa baixar o preço de venda de suas mercadorias, as outras terão de seguir o exemplo para assegurar seu sucesso comercial<sup>16</sup>. A maneira mais

eficaz para reduzir o preço de custo consiste na racionalização do processo de produção. Se a produtividade do trabalho utilizado aumentar devido a novos meios de produção, mais eficientes, a parcela salarial representada no preço de venda da mercadoria individual diminuirá. Tornar o trabalho empregado mais eficiente economiza uma parte do trabalho pago, reduzindo, assim, os custos salariais da empresa.

Sob a perspectiva dos empregadores, o fato de uma nova máquina reduzir o esforço laboral necessário para a produção de cada bem não significa que ela é mais eficiente: ela precisa também economizar os custos com salário. A lógica da contabilidade empresarial conhece apenas os custos e seu efeito sobre o lucro: a racionalização do processo de produção ocorre apenas quando a redução nos custos com salários, proporcionada pela compra de uma máquina, é maior do que o custo adicional dessa máquina. Somente dessa forma a maior eficiência do trabalho serve à rentabilidade do capital.

### ***2.3. O aumento da produtividade do trabalho resulta em prejuízo aos trabalhadores***

O que pode ser feito com a máquina mais eficiente fica a critério do proprietário privado. De maneira geral, seu primeiro uso ‘produtivo’ consiste na demissão de trabalhadores: trata-se da forma mais simples de economia com os custos salariais. Os trabalhadores demitidos por empresas bem-sucedidas são, então, somados àqueles demitidos por empresas malsucedidas, formando o conhecido exército de desempregados<sup>17</sup>, que, como se sabe, aceitarão um posto de trabalho a qualquer custo.

Mas isso não é ainda o suficiente. As empresas impõem suas exigências de maior rentabilidade aos trabalhadores restantes, redefinindo a extensão de seus esforços e sua remuneração. As novas máquinas devem ser usadas da forma mais ampla possível para que a vantagem competitiva que elas proporcionam ao empregador seja assegurada<sup>18</sup>. A flexibilização das horas de trabalho, diárias e mensais, portanto, a ampliação do tempo durante o qual os trabalhadores devem estar à disposição da empresa, torna-se a norma no local de trabalho. A diminuição do tempo de trabalho que deve ser empregado na produção de cada mercadoria em razão do avanço tecnológico tende a aumentar a jornada de trabalho, ao invés de diminuí-la<sup>19</sup>.

Muitas vezes, o programa de redução salarial, inserido nesse processo, é aperfeiçoado pelo fato de que as horas extras e os turnos extras deixam de ser remunerados, especialmente com bônus, sendo direcionados para uma conta de horas de trabalho, que é utilizada pela empresa para compensar períodos de baixa rotatividade.

A progressiva automação dos processos de trabalho é uma ferramenta utilizada pelas empresas para obter o máximo de trabalho dos funcionários que ainda são necessários. A flexibilização, por sua vez, também redefine, frequentemente, o conteúdo do trabalho: métodos inovadores, como a compensação do estresse no ambiente de trabalho por meio de atividades em grupo e maior diversidade de funções produtivas, asseguram que um número menor de trabalhadores execute um número maior de tarefas.

O fato de que o alto índice de desemprego pressiona os que ainda estão empregados a suportar qualquer deterioração nas condições de trabalho e de remuneração não é uma lei de ferro, pois resulta da ação deliberada dos empregadores. Recentemente, uma empresa bem conhecida (VW) tem oferecido empregos de última geração aos trabalhadores que foram demitidos, em que o cálculo final de sua renda depende expressamente de quantas unidades, de que qualidade e com que lucro a empresa obtém sucesso no mercado com seus produtos. Quanto tempo e a que preço eles de fato terão de trabalhar é expressamente declarado como risco dos “empregados”.

Portanto, seja por azar de estarem desempregados ou por sorte de obterem um emprego, os trabalhadores encontram-se excluídos de uma parte cada vez maior da riqueza, devido, precisamente, ao aumento da eficiência do trabalho – já que os salários pagos representam uma parcela cada vez menor do valor do produto.

#### ***2.4. Para ter sucesso na concorrência do mercado, as empresas mobilizam cada vez mais riqueza com o objetivo de economizar em sua principal fonte: o trabalho***

Os empresários competem entre si por uma participação maior no mercado visando aumentar seus lucros, o que se traduz em uma guerra de preços. Para vencer essa batalha, cada empresário busca reduzir os custos de fabricação por meio do aumento da produtividade. Com isso, a parcela dos salários no preço de venda das mercadorias é reduzida. No interior desse contexto, os empresários estimam seu lucro como se ele não viesse do trabalho realizado por seus empregados, mas do trabalho que eles economizam na produção de um determinado número de produtos. Eles consideram os custos com trabalho como puro ônus em seu balanço patrimonial.

Para aumentar a sua riqueza apropriando-se da maior quantidade possível do trabalho, os empregadores reduzem o trabalho socialmente requerido para a produção de cada mercadoria. A fim de obter um lucro maior com cada força de trabalho empregada, eles reduzem o número de trabalhadores mobilizados. Esse paradoxo decorre diretamente do fato de que os empresários competem entre si para absorver a maior parcela possível da riqueza produzida pelo trabalho. O êxito de uns está intimamente vinculado ao fracasso de outros.

Só há uma solução adequada para essa contradição: se os empregadores se esforçam tanto para economizar trabalho, então o lucro gerado por meio da exploração do trabalho remanescente deve demonstrar que esse esforço é exitoso. Atualmente, os empregadores exigem, sem rodeios, horas extras sem compensação salarial e o cancelamento de componentes salariais fixados contratualmente, tudo isso para continuar empregando, de maneira ‘eficiente’, as forças de trabalho restantes e em número cada vez mais reduzido.

### **3. A EXIGÊNCIA DO CRÉDITO E A CRISE**

### ***3.1. O crédito é uma ferramenta decisiva na batalha concorrencial. Portanto, a capacidade de crédito se torna o objetivo dos negócios***

Na concorrência de mercado, os empresários procuram fazer com que o preço de seus produtos seja inferior ao de seus concorrentes. Por isso, eles se empenham, ininterruptamente, em racionalizar o processo de trabalho, e, assim, reduzir os custos de produção. Há diversos métodos por meio dos quais essa racionalização pode ser implementada, dentre os quais podem ser destacados: novas formas de organização dos trabalhadores mobilizados em um mesmo processo de produção; expansão da escala da produção, implicando em uma redução de custos; o emprego de novos meios de produção mais eficientes.

A racionalização do processo de produção requer investimentos vultosos. Sendo assim, os empregadores precisam superar as barreiras impostas pela grandeza de sua propriedade privada, ou seja, eles devem recorrer a empréstimos para investir rapidamente a quantia necessária de capital, sem a necessidade de acumulá-la por meio da exploração do trabalho – o que levaria muito tempo<sup>20</sup>.

O acesso ao capital de empréstimo se torna uma condição comercial indispensável devido ao seu serviço inestimável: todos os empresários precisam encontrar um credor; contudo, em geral, os credores somente fornecerão crédito se essa operação for lucrativa para eles. Portanto, os empreendedores devem conquistar a confiança dos credores. Ser reconhecido como digno de crédito torna-se um dos objetivos dos empresários<sup>21</sup>.

### ***3.2 O crédito é uma poderosa alavanca da concorrência – ele impõe a compulsão para a rentabilidade das empresas no mais alto nível***

Os credores buscam seus próprios interesses comerciais ao emprestar dinheiro. Os bancos, que concentram uma parcela significativa do capital disponível para empréstimo<sup>22</sup>, cobram juros como o preço para emprestar o dinheiro a uma empresa por um determinado período de tempo. Dessa forma, os emprestadores de dinheiro têm o direito a receber um lucro sobre o dinheiro emprestado. Os empresários, por sua vez, precisam pagar os juros com uma parcela do lucro futuro de sua empresa, indiferentemente às circunstâncias de como esse lucro foi obtido<sup>23</sup>.

Para o empresário que depende de crédito, isso significa que sua empresa também deve atender às exigências do proprietário privado do dinheiro. É isso não é tudo: o credor avalia diversas empresas para identificar qual delas oferece as melhores oportunidades para a maximização de seu lucro, comparando-as de acordo com o seu potencial de rentabilidade. Dessa forma, os credores classificam seus clientes entre os perdedores da concorrência, que vão à falência, e aqueles que continuam a competir, equipados com as massas necessárias de capital para poderem continuar sendo competitivos.

### ***3.3. O crédito como esfera aparentemente independente de negócios: o capital financeiro iguala suas expectativas de lucro à riqueza realizada***

O capital financeiro se estabelece como uma esfera de negócios que aparenta ser independente: com o direito assegurado aos juros, os fornecedores de crédito desconsideram a dependência de seus negócios em relação ao lucro auferido na produção efetiva da riqueza, conferindo a si mesmos a liberdade de tratar as notas promissórias como ativos valiosos – tão boas quanto o dinheiro, ou ainda melhores, pois conferem o direito ao lucro; dessa maneira, elas passam a ser usadas para novas transações financeiras, ou formam a base para novos créditos, expandindo, assim, o volume de negócios. Como consequência, os próprios capitalistas financeiros criam o crédito, em um volume que excede amplamente a riqueza material gerada no processo de trabalho. Esse crédito pode ser utilizado pelos empresários mutuários tanto para expandir e racionalizar o processo de produção de suas empresas quanto para financiar novos negócios – os quais também devem atender às exigências dos proprietários de crédito.

As empresas cujas operações se inscrevem na produção efetiva de riqueza devem atender ao requisito primordial dos negócios especulativos: gerar a taxa de lucro projetada pelos banqueiros.

### ***3.4 Na crise, a reivindicação de riqueza é confrontada com a riqueza efetivamente realizada***

O crédito impulsiona a multiplicação de dinheiro, não apenas possibilitando, mas também forçando os capitalistas do setor produtivo a acelerarem o processo de racionalização de suas empresas. Esses capitalistas são obrigados a gerar uma taxa e uma massa de lucro definidas pelas exigências dos credores. Do contrário, perdem o acesso ao crédito disponível.

O crédito lhes permite transgredirem as barreiras do mercado. No entanto, essa transgressão os leva a expandir a produção para além da capacidade monetária de compra da sociedade, cujos limites os próprios capitalistas buscam estreitar por meio da redução dos salários. Assim, periódica e inevitavelmente, as crises eclodem – manifestando-se como crises de superprodução<sup>24</sup>. Como consequência, os capitais mobilizados na produção efetiva de riqueza deixam de obter lucros, e, assim, o serviço da dívida também é paralisado.

Isso cria novos e questionáveis requisitos de crédito – os empresários passam a precisar de mais dinheiro emprestado para pagar suas dívidas. Os empréstimos tornam-se cada vez mais arriscados, pois as empresas não estão mais obtendo lucros suficientes para justificar seus empréstimos. Os bancos precisam decidir se eles querem jogar o dinheiro emprestado anteriormente no ralo, retirando o empréstimo, ou se eles querem emprestar ainda mais dinheiro, cujo retorno é cada vez mais incerto. Como consequência, os critérios de credibilidade dos bancos para o fornecimento de crédito se tornam ainda mais rigorosos.

Quando a confiança, por parte dos credores, na qualidade dos devedores se converte em desconfiança, o desempenho, anteriormente exitoso, dos negócios das empresas confronta-se com essas exigências cada vez mais rigorosas para a obtenção de empréstimo. O crédito mingua e, como

consequência, eclode a falência generalizada: as ações vencem, as letras de câmbio não são cobertas, os bancos realizam os ativos, o que, por sua vez, tem consequências para outros bancos e empresas. A crise se espalha. As contas a receber são canceladas e a riqueza é destruída até que a obtenção de lucros comece novamente a partir de um nível inferior.

Como o trabalho se relaciona com a crise do capital? O progresso da racionalização para reduzir o número de empregos garantiu um uso mais intensivo e extensivo do trabalho nos postos que permaneceram. Essa medida foi concretizada com tamanho êxito que foi empregado trabalho em demasia, resultando em um volume de mercadorias produzidas superior ao que a sociedade consegue absorver com seu poder de consumo limitado. Como o capital, em geral, busca solucionar essa equação? Reduzindo ainda mais o nível salarial, tornando-o muito inferior às necessidades dos trabalhadores, e promovendo demissões em massa.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Marx inicia sua exposição categorial a partir da essência interna do capital, em direção ao modo com que essa essência se manifesta na superfície do aparecimento das relações de produção hodiernas. Trata-se de uma teoria crucial tanto para a compreensão do funcionamento do modo de produção capitalista quanto para a sua transformação. Contudo, as categorias concernentes à essência do modo de produção capitalista distam significativamente das percepções cotidianas. Isso pode criar dificuldades na compreensão da teoria de Marx, ou até mesmo fazer com que ela pareça inverossímil. Tendo em vista isso, o presente artigo buscou apresentar e analisar muitas das determinações que o filósofo atribui às relações de produção capitalistas a partir do modo com que elas se apresentam na consciência cotidiana. A abordagem apresentada não teve como propósito esgotar todas as possibilidades da tarefa proposta, podendo, assim, servir como base para um desenvolvimento ulterior.

Na primeira seção do artigo, buscou-se demonstrar que a forma capitalista da propriedade privada leva inevitavelmente à estruturação da sociedade contemporânea em duas classes econômicas, os proprietários e os não proprietários, e que estes, a fim de poderem suprir suas necessidades vitais, são forçados a trabalhar em troca de salário, sendo a sua atividade produtiva orientada para gerar lucro aos proprietários.

Em seguida, procurou-se evidenciar que as relações de competição entre os capitalistas na esfera do mercado engendram uma estrutura coercitiva, que força os capitalistas a reduzirem constantemente os custos de produção, tanto por meio da racionalização do processo de produção quanto através da redução dos salários. Argumentou-se que os capitalistas não podem ser considerados vítimas dessa estrutura coercitiva, pois ela se origina precisamente das relações de concorrência por meio das quais os capitalistas buscam realizar seu objetivo.

A última seção do artigo teve como objetivo demonstrar que essa estrutura coercitiva da concorrência força os capitalistas produtivos a

expandirem seus investimentos para além da massa de capital da qual são proprietários – dessa maneira, eles se tornam dependentes do crédito. Como consequência disso, os capitalistas financeiros passam a exercer poder sobre o nível de rentabilidade e o padrão de produtividade das empresas, impulsionando a aceleração da racionalização dos processos de trabalho, e, com isso, intensificando a eclosão de crise, cujas soluções resultam sistematicamente em prejuízos aos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I. Tradução: Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.

## NOTAS

- 1 A separação dos produtores dos valores de uso que satisfazem suas necessidades está intimamente vinculada à separação dos produtores das condições materiais de produção, processo esse apresentado por Marx (2017a) no capítulo 24 do Livro I d’*O Capital: A assim chamada acumulação primitiva* (p.785-834).
- 2 Como expressa Marx: “Sua mercadoria [do proprietário] não tem, para ele, nenhum valor de uso imediato. Do contrário, ele não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outrem. Para ele, o único valor de uso que ela possui diretamente é o de ser suporte de valor de troca e, portanto, meio de troca” (Marx, 2017a, p.160).
- 3 “[...] o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexa com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso” (Marx, 2011, p.105).
- 4 Em razão da ausência de limites quantitativas para o enriquecimento capitalista, Marx caracteriza o movimento do capital como desmedido: “A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido” (Marx, 2017a, p.228).
- 5 Marx, 2017a, p.243-244.
- 6 Marx, 2017a, p.243-244.
- 7 Marx, 2017a, p.264-265
- 8 Marx, 2017a, p.277
- 9“Ele [o capitalista] comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu” (Marx, 2017a, p.272).
- 10 No capítulo 21 do Livro I d’*O Capital*, intitulado de Reprodução Simples (p.641-654), Marx demonstra que a limitação dos salários, cuja grandeza é muitas vezes insuficiente até mesmo para cobrir as necessidades básicas – reproduz a ausência de propriedade dos trabalhadores sobre os meios de produção. Assim sendo, o modo de produção capitalista possui mecanismos internos que perpetuam a dissociação dos trabalhadores das condições materiais de produção.
- 11 Marx, 2017a, p.256-257.

- 12 Nas palavras de Marx: “Ele [o capitalista] quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (Marx, 2017a, p.263).
- 13 Marx faz a distinção entre o custo real de uma mercadoria e o seu custo sob a perspectiva do capitalista. O primeiro diz respeito ao dispêndio de tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção; o segundo, ao dispêndio de capital requerido para que ela seja produzida (Marx, 2017b, p.54).
- 14 Conforme Marx: “[...] o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista” (Marx, 2017a, p.667)
- 15 Marx, 2017a, p.393; p.667.
- 16 Marx, 2017a, p.390-394.
- 17 Marx denomina à parte da população trabalhadora que não é empregada pelo capital de exército industrial de reserva (Marx, 2017a, p.549; p.707; p.708).
- 18 No capítulo 13 do Livro I d’*O Capital* – denominado de *Maquinaria e grande indústria* –, Marx demonstra que a implementação de máquinas mais eficientes intensifica ainda mais a exploração dos trabalhadores.
- 19 Conforme Marx: “Na produção capitalista, portanto, a economia do trabalho por meio do desenvolvimento de sua força produtiva não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho” (Marx, 2017a, p.395).
- 20 Nas palavras de Marx: “O mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro. Mas a centralização, por meio das sociedades por ações, concluiu essas construções num piscar de olhos” (Marx, 2017a, p.703).
- 21 Conforme Marx, até mesmo o consumo de artigos de luxo se torna uma estratégia para a obtenção da confiança dos credores: “A certa altura do desenvolvimento, o 'desventurado' capitalista deve praticar, até mesmo como uma necessidade do negócio, um determinado grau convencional de esbanjamento, que é, ao mesmo tempo, ostentação de riqueza e, por isso, meio de crédito. O luxo entra nos custos de representação do capital” (Marx, 2017a, p.669).
- 22 Nas palavras de Marx: “mediante o desenvolvimento do crédito, esse mesmo capital monetário assume um caráter social, sendo concentrado em bancos e emprestado por estes últimos, e não por seus proprietários diretos” (Marx, 2017, p.437).
- 23 Conforme a teoria de Marx, os juros que o capitalista ativo paga ao prestamista é uma parcela do mais-valor extraído dos trabalhadores no processo de produção: “Os juros [...] são originalmente, e, na realidade, continuam a ser, apenas uma parte do lucro, isto é, do mais-valor que o capitalista ativo, industrial ou comerciante, que não investe capital próprio, mas capital emprestado, precisa pagar ao proprietário e prestamista desse capital” (Marx, 2017b, p.419).
- 24 Marx, 2017b, p.284.